

PROBLEMAS DE EXPORTAÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

RAYMOND F. MIKESELL (*)

A maioria dos estudos sobre o desenvolvimento econômico da América Latina tende a dar grande ênfase ao volume da ajuda externa, embora em alguns anos as flutuações no valor das exportações da América Latina tenham sido maiores que as importações líquidas de capital provenientes das instituições internacionais de crédito. Entre 1957 e 1958 por exemplo, as exportações latino-americanas diminuíram em quase quinhentos milhões de dólares (\$ 500 milhões), ou seja, aproximadamente o dôbro do valor dos créditos e das doações proporcionados pelo Governo dos Estados Unidos e pelo Banco Mundial em 1957. Ademais, a não ser que se experimente um crescimento contínuo das receitas de divisas provenientes das exportações latino-americanas, será impossível alcançar as metas de crescimento da "Aliança para o Progresso" na próxima década ainda que as entradas de capital excedam as quantidades planejadas no referido programa e que os países latino-americanos empreendam tôdas as medidas de ajuda própria que serão necessárias para seu progresso econômico e social.

As exportações latino-americanas não aumentaram, durante a última década, em um ritmo compatível com uma taxa aceitável de crescimento da produção *per capita*. Excluindo-se o aumento nas exportações de petróleo venezuelano, o valor das exportações latino-americanas diminuiu durante a última década, e para alguns países, como o Brasil, Bolívia e o Uruguai, tal diminuição tem sido considerável. No caso da Venezuela, cujas vendas de petróleo quase duplicaram no período do após-guerra, as suas exportações estabili-

*) Professor de Economia da Universidade de Oregon.

zaram-se devido, principalmente, aos aumentos nos fornecimentos de petróleo procedentes de outras partes do mundo.

Por dois motivos as exportações desempenham papel decisivo no processo de formação de capital e expansão das economias latino-americanas: a) Primeiro, parte considerável do produto nacional destes países deriva direta ou indiretamente de atividades orientadas para a exportação. Na Bolívia e Venezuela, por exemplo, as exportações de uns quantos produtos primários constituem quarenta e cinco e quarenta por cento (45% e 40%), respectivamente, de seus produtos nacionais. No México e na Argentina, países que dependem muito menos das exportações, a cifra correspondente é aproximadamente nove por cento. Em consequência, qualquer variação nas receitas provenientes das exportações afeta a capacidade de poupança dentro do país e, por conseguinte, suas possibilidades de investimento seja devido a variações nas rendas e poupanças privadas nas indústrias de exportação, seja devido às variações nas receitas fiscais que permitem a formação de capital no setor governamental. b) Segundo, nos países da América Latina, a formação de capital e o desenvolvimento econômico estão, em geral, estreitamente ligados à capacidade de importação de bens de capital. Embora os países latino-americanos atualmente não produzam estes bens, ou o façam somente em pequena escala, a realização dos investimentos depende, em grande parte, de sua capacidade de importar. Esta por sua vez é determinada principalmente pelas exportações de produtos primários. Assim, nesses casos em que as exportações caíram a cerca de cinco por cento (5%) do produto nacional bruto, como no Brasil, o progresso do desenvolvimento econômico se vê seriamente limitado e dificultado.

Quero abordar vários aspectos do problema das exportações latino-americanas. Creio que convém ter presente alguns tipos de problemas nesse domínio pôsto que facilmente se confundem, e muitas vezes soluções aplicáveis a um tipo de problema têm pouco ou nenhum valor na solução de outros. Antes de tudo, há o problema das flutuações a curto prazo nas receitas de divisas resultantes das exportações de produtos primários. Embora em alguns casos essas flutuações possam ser o resultado de más colheitas ou períodos de baixos rendimentos devidos a fatores aleatórios, mais frequentemente, devem-se a variações na oferta e procura mundial de produtos primários. Na ausência de medidas de estabilização, essas variações causam violentas flutuações nos preços. Estes movimentos a curto prazo, que chamarei não-seculares, nas receitas em divisas

provenientes dos produtos primários, devem-se a muitos fatores e a distintas forças que afetam cada produto. Alguns produtos, por exemplo, estão expostos a variações sazonais ponderáveis em seus preços. Estes são, possivelmente problemas mais fáceis de solucionar sempre e quando os países exportadores puderem distinguir entre os movimentos sazonais de preços e os demais movimentos e tiverem reservas adequadas de divisas e métodos domésticos para limitar, com êxito, as vendas dos produtos primários no mercado mundial, em períodos de preços estacionalmente baixos.

As flutuações cíclicas de preços são muito mais difíceis de solucionar. Variações cíclicas na oferta ou na demanda, ou uma combinação de ambas, podem ser a causa destes movimentos de preços. Durante o período do após-guerra, as flutuações da conjuntura nos países industrializados foram menos severas que no período entre as Guerras Mundiais, e isso tem indubitavelmente atenuado as flutuações nos preços das exportações de produtos primários. De acordo com o *World Economic Survey for 1958*, durante o período 1948 a 1957, a variação anual média nos preços de um grupo de produtos primários exportados foi de 11%, comparado com 16% no período de 1920 a 1938. Houve, todavia, uma variação anual média de 13% nas receitas em divisas nos países produtores de bens primários desde a Segunda Guerra Mundial até 1958. A variação entre produtos foi, naturalmente, bastante grande. Entre os produtos de grande variações em seus preços, por exemplo, encontram-se o chumbo e o zinco (18%), a lã (17%), o cobre (15%), o cacau (19%) e o café (11%). A média das variações anuais de preços do petróleo, óleos vegetais, tabaco e banana tem sido inferior a essas percentagens.

Provavelmente no caso dos minerais, a causa mais importante das oscilações nos preços e nas receitas provenientes das exportações é a flutuação econômica dos países industrializados. Uma pequena flutuação de dois ou de três por cento na renda nacional dos Estados Unidos pode reduzir suas compras, no exterior, de minerais como o cobre, o chumbo, e o zinco, em uns 25% ou ainda mais. As indústrias mais afetadas pelas flutuações nos negócios são as de bens de capital, que são as que mais utilizam materiais básicos. Além disso, em períodos de pouca atividade, os negociantes tendem a utilizar seus estoques ou dar preferência à produção doméstica, ao invés de recorrer às importações.

No caso de produtos como o café e o cacau, todavia, movimentos cíclicos podem surgir, principalmente, do lado da oferta. Uma

plantação de café, por exemplo, não começa a produzir senão no quinto ano. Quando os preços são relativamente altos, os plantios aumentam e a produção, ao fim de cinco ou seis anos, pode ter ultrapassado de muito uma demanda de crescimento lento. O resultado pode ser uma baixa aguda nos preços com a conseqüente diminuição nos plantios até que, em momento determinado no futuro, a demanda exceda novamente a oferta e, devido aos preços altos, os plantios aumentam novamente recomeçando outro ciclo.

Uma terceira categoria de problemas das exportações diz respeito às variações seculares, nas receitas provenientes das exportações de países menos desenvolvidos. Isto se relaciona com a taxa de crescimento a longo prazo, das receitas provenientes das exportações, abstraindo-se os movimentos tanto estacionários como cíclicos, que são, geralmente, flutuações ao redor das tendências a longo prazo. Creio que este é de todos o problema mais importante, pois é o de solução mais difícil. Além disso, programas adequados de desenvolvimento econômico não podem ser elaborados sem a compreensão deste problema.

Freqüentemente, é difícil distinguir as variações cíclicas dos movimentos seculares, nos preços e nas quantidades exportadas de produtos primários. Uma análise das tendências a longo prazo dos preços e das quantidades de produtos primários exportados não tem também, por si só, muito sentido. Para chegar a conclusões válidas deve-se comparar essas tendências com as de outras variáveis relacionadas durante um período longo. Assim, por exemplo, entre 1928 e 1955/57, a produção mundial de manufaturas aumentou quase duas vezes e meia, mas durante estes mesmos trinta anos, as exportações de produtos primários provenientes de países produtores deste tipo de bens aumentaram somente em 50%.

Se excluirmos o petróleo, as exportações de bens primários provenientes de países produtores deste tipo de bens aumentaram somente em 23% no correr deste período de trinta anos. Exportações de alimentos, óleos e fumo aumentaram em 7% e matéria-prima de origem agrícola em 5% entre 1928 e 1955/57. Por outro lado, as exportações de ouro e metais não-ferrosos cresceram em quase 80%. Uma análise do período de 1948 a 1955/57 não altera este desenvolvimento relativamente desfavorável nas exportações dos produtos primários procedentes dos países menos desenvolvidos. Durante este período, as exportações de bens primários procedentes dos países que os produzem aumentaram em 39% e, se excluirmos o petróleo, o

aumento foi tão-somente de 24%. Este crescimento compara-se com uma duplicação nas exportações de bens manufaturados e um incremento de 58% na produção manufatureira do mundo como um todo, e de aproximadamente 51% na produção manufatureira dos países de menor desenvolvimento econômico.

As variações no volume das exportações dos países menos desenvolvidos devem relacionar-se, naturalmente, com as variações nos preços das exportações e com o volume de suas importações e das importações requeridas para um crescimento firme. As relações de troca entre os produtos primários e os manufaturados provavelmente favoreceram aos bens primários depois de 1928, mas desde 1950 se vem notando uma tendência desfavorável. Não creio que haja suficiente evidência para justificar qualquer conclusão com respeito a tendências da relação de trocas dos produtos primários relativamente aos bens manufaturados, e, sem dúvida alguma, não há base suficiente para permitir predições. O conceito da relação de trocas a longo prazo encontra, de fato, tantas dificuldades estatísticas que muitos economistas atribuem-lhe pouco significado real.

Da maior importância é a tendência a longo prazo das exportações dos países menos desenvolvidos em relação as importações necessárias para o crescimento. O poder aquisitivo da totalidade das exportações dos países cujas principais exportações são alimentos e fumo, aumentou somente em 19% entre 1928 e 1955/57; para os exportadores de fibras têxteis, a cifra foi de 50%; enquanto que no caso dos exportadores do petróleo houve um aumento de quase 600% no poder aquisitivo real entre 1928 e 1955/57. Excluindo os exportadores do petróleo, o poder aquisitivo dos países produtores de bens primários aumentou, em termos reais, de 23% durante este período mas o volume das importações de ditos países se elevou de 92%. O vazio crescente entre as importações e as exportações dos países menos desenvolvidos durante o período do após-guerra tem sido financiado mediante a liquidação de reservas de divisas e empréstimos e doações provenientes dos países industrializados.

Várias projeções do aumento nas exportações de produtos primários dos países menos desenvolvidos têm sido elaboradas para os próximos vinte anos. Sem entrar nos detalhes destas projeções, o aumento nas exportações de produtos primários, que constituem aproximadamente oitenta por cento das exportações dos países em desenvolvimento, será obviamente insuficiente para financiar o volume requerido de importações para um crescimento contínuo. Isto é par-

tualmente certo para aqueles países cujas exportações originam-se principalmente da agricultura. Assim, geralmente se aceita que, com a exceção dos países que são importantes produtores de bens primários de procura mundial em rápida expansão, os países menos desenvolvidos se encontram ante o difícil problema de manter uma taxa elevada de crescimento em suas exportações. Estabelecendo uma taxa de crescimento de três por cento por conta, este hiato entre as necessidades de importação e as exportações projetadas de produtos primários dos países menos desenvolvidos, está estimada até 1980 em vinte e cinco bilhões de dólares por ano. É inconcebível que se possa cobrir essa soma com importações de capital, mas, ainda que admitissem que as transferências de capital de todo tipo para os países menos desenvolvidos aumentassem de sua taxa atual de mil e quinhentos bilhões anuais para dez bilhões de dólares em 1980 teríamos, ainda, uma diferença considerável entre as necessidades de importações e as disponibilidades de divisas. Sem considerar mais a magnitude desta soma é claro que dadas as políticas comerciais atualmente presentes no mundo e as taxas projetadas de crescimento na demanda de bens primários, os países menos desenvolvidos enfrentarão sério problema estrutural em seu comércio durante os anos vindouros. Mais adiante, examinarei as possíveis soluções para esse problema.

SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DAS FLUTUAÇÕES DE PREÇOS

Como se indicou anteriormente como resultado de várias causas produtos diferentes estão sujeitos a movimentos distintos de preços. A maior parte dos produtos apresenta movimentos tanto sazonais como cíclicos. Conquanto eu não tenha aceito a tese de que os preços dos produtos primários como um grupo diminuem inevitavelmente em relação aos preços de bens manufaturados existem, sem dúvida alguma, bens que estão experimentando uma tendência secular de declínio. Este pode ser o resultado do desenvolvimento de substitutos sintéticos ou de um aumento da oferta, a baixo custo, originário de várias partes do mundo, a uma taxa superior à do crescimento provável da demanda mundial.

ACÓRDOS INTERNACIONAIS DE PRODUTOS

É óbvio que a solução do problema das flutuações de preços deve ajustar-se à natureza do movimento ou flutuação que se propõe

a atenuar. Assim, se um produto experimenta flutuações mais ou menos regulares através de um período dado, poderiam ser utilizados tanto um fundo de divisas como um estoque do mesmo produto para manter o preço dentro de certos limites, conferindo-se a quem administra o fundo, ou o estoque, o poder de comprar e vender no mercado. Os preços também poderiam ser estabilizados mediante a fixação de quotas para os exportadores e talvez, também para os importadores ajustando-se as quotas conforme seja necessário para manter o preço mundial do produto dentro dos limites acordados. Assim, o Acôrdo Internacional do Estanho opera sôbre a base de estoques, enquanto que o Acôrdo Internacional do Café baseia-se em quotas de exportação.

Naturalmente existem sérios obstáculos a qualquer intento para estabilizar o preço de um produto quando não há contrôle completo sôbre a produção. Ao administrador do Acôrdo Internacional do Estanho têm faltado, às vêzes, as reservas de divisas, e, às vêzes, as reservas de estanho, necessárias para manter o preço dentro dos limites estabelecidos. Continuamente os acôrdos internacionais como o do café vêem-se ante dificuldades na distribuição das quotas. Quando o preço se fixa a um nível superior ao do preço de equilíbrio a longo prazo, estimula-se uma produção adicional, e países que no passado foram produtores de pouca importância podem melhorar substancialmente a sua produção. Sem dúvida os pactos cafeeiros da América Latina têm estimulado a produção da África. Mesmo se fôsse possível chegar a um acôrdo entre todos os produtores importantes, as quotas deveriam ser continuamente ajustadas para levar em conta novos produtores ou aumento de produção em outros países, êstes ajustamentos se farão a custa das exportações de produtores estabelecidos. Em outras palavras, os acôrdos de produtos básicos possivelmente não poderão deter a tendência a longo prazo dos preços, durante um período dado.

PROJETOS DE ESTABILIZAÇÃO DE RECEITAS ORIGINÁRIAS DA EXPORTAÇÃO

Outro ângulo do problema da instabilidade das receitas de divisas dos países produtores de bens primários é o de compensá-los diretamente por quedas acentuadas de suas entradas de divisas, quando estas diminuições se devem a baixas nos preços ou no volume das exportações dos bens primários. O Fundo Monetário Internacional foi organizado para ajudar a manter as importações de países afe-

tados pelo decréscimo, a curto prazo, de suas receitas de divisas. Contudo, os créditos brutos proporcionados pelo Fundo a países produtores de bens primários têm sido tão-somente uma fração das flutuações das entradas de divisas destes países, e geralmente se crê que o Fundo não é capaz de resolver satisfatoriamente este problema.

Em 1961 um comitê de especialistas, nomeados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, elaborou estudo intitulado *International Compensation for Fluctuations in Commodity Trade*. Este trabalho propôs um tipo de seguro segundo o qual um país seria compensado, em qualquer ano em que declinassem suas receitas oriundas das exportações, em percentagem maior do que a variação de suas entradas médias provenientes de suas exportações durante os três últimos anos. Os recursos para o seguro resultariam de contribuições tanto dos países de menor desenvolvimento quanto dos países industrializados, mas a maioria dos fundos seria proporcionada por estes últimos. A compensação para uma parte da escassez de entradas de divisas poderia tomar a forma de empréstimos ou de doações. Segundo as normas do empréstimo os países beneficiados teriam que reembolsá-lo durante os anos em que suas receitas de exportações aumentassem em percentagem superior à estabelecida pela média nos três últimos anos do período-base.

A vantagem deste sistema compensatório seria o de impedir uma aguda redução nas receitas de divisas, qualquer que fosse a causa, durante períodos curtos. Naturalmente, se as receitas em divisas de um País continuarem caindo como consequência de tendências de baixo a longo prazo, diminuiriam paulatinamente, mas pelo menos teriam tempo para um reajustamento com o possível fomento de novas fontes de divisas. Por outra parte, se a variação na demanda por exportações fosse descontínua, o sistema proporcionaria uma estabilidade aceitável nas receitas de exportações, sem emprêgo dos métodos dos complexos de estabilização dos preços de cada um dos produtos exportáveis.

Não quero assumir uma posição doutrinária contrária aos acôrdos reguladores de produtos isolados e admito que podem ter certo êxito em se tratando de flutuações de preços reversíveis, a curto prazo. Todavia, prefiro o estabelecimento de um projeto geral de compensação de divisas, ao invés da criação de um número indefinido de acôrdos para produtos individuais. Vale a pena notar que a Carta de Punta del Este contempla a elaboração de um plano para

a criação de um sistema de financiamento compensatório, nos moldes do trabalho dos técnicos das Nações Unidas.

Seja o problema da estabilização dos produtos resolvido mediante acórdos individuais ou através de um sistema de financiamento compensatório como o que acabo de assinalar, ou uma combinação de ambos, permanecerá o problema daqueles países cujas exportações de maior importância são produtos caracterizados por uma tendência decrescente a longo prazo. Não creio que qualquer mecanismo possa evitar indefinidamente os resultados das tendências a longo prazo nas relações entre a oferta e a demanda. O problema do equilíbrio implica, naturalmente, numa redistribuição de recursos de um produto para outro, dentro das economias de cada um dos países em causa, ou alternativamente o aumento da produtividade e diminuição dos custos de alguns produtos. Os governos desses países devem tomar consciência da necessidade de tal redistribuição, de recursos, e tanto os planejadores do desenvolvimento como os produtores privados devem ter presente quão fundamental é a flexibilidade, para os investimentos e para a produção. O professor Kindleberger sugere que uma das razões pelas quais as exportações dos países industrialmente avançados têm, em geral, tido relações de troca mais favoráveis, em um dado período, comparado com as exportações dos países menos desenvolvidos, reside em que os produtores nos países industrializados têm podido redistribuir, com maior facilidade, recursos de bens primários para outros fins, com as consequências de variações nas condições mundiais da oferta e da demanda.

Francamente, não creio que as perspectivas para as exportações de bens primários sejam totalmente sombrias, e creio ainda menos que os países pouco desenvolvidos devam diminuir seus esforços para aumentar a produtividade na produção primária, tanto para o uso interno como para a exportação.

Creio que os países de menor desenvolvimento necessitam ampliar o número de bens primários, e entrar também na produção de manufaturas e de bens semimanufaturados para a exportação.

O PROBLEMA DO CRESCIMENTO A LONGO PRAZO DAS EXPORTAÇÕES

O raciocínio anterior conduz ao último tema que quero examinar, o problema da expansão da taxa de crescimento das exportações

dos países menos desenvolvidos. Quero mencionar brevemente três aspectos da solução deste problema:

Primeiro, a liberalização das políticas comerciais dos países industrializados relativamente aos produtos primários, semimanufaturados e manufaturados;

segundo, a diversificação das exportações dos países menos desenvolvidos, de maneira que estas incluam, além de produtos primários e semimanufaturados, bens manufaturados

e por último, a criação de acórdos regionais de comércio entre os países de menor desenvolvimento.

(a) *As Políticas Comerciais dos Países Industrialmente Avançados*

Não há dúvida de que as políticas comerciais dos países industriais têm limitado substancialmente as exportações da América Latina e de outras regiões em desenvolvimento. As barreiras principais tem sido as restrições às importações de bens agropecuários, subsídios à produção doméstica ou para a exportação, e tarifas elevadas sobre certos bens de grande importância para os países menos desenvolvidos. Quase todo país industrializado proporciona alguma ajuda à agricultura doméstica. Os produtos subsidiados incluem o trigo, o algodão, a carne, a lã, o açúcar, fumo e laticínios. É difícil prever exatamente que efeito teria a eliminação de todas estas restrições artificiais e subsídios dos produtos de clima temperado sobre as exportações dos países menos desenvolvidos. Naturalmente os países mais favorecidos seriam os que tendem a competir com as nações industrializadas na produção de bens de clima temperado, como a Argentina, Austrália e Nova Zelândia.

Em alguns casos a eliminação total de restrições às importações poderia ser acompanhada pela eliminação de controle sobre a produção doméstica, e é possível que o efeito líquido não seja necessariamente favorável sobre os preços mundiais e as receitas das exportações dos países menos desenvolvidos, que competem na produção dos bens mencionados. Se, por exemplo, os Estados Unidos eliminassem tanto os controles domésticos como as restrições às importações do algodão, poderia ocorrer uma redução considerável no preço mundial, e, ao mesmo tempo, seus próprios produtores de elevada eficiência e grande escala poderiam aumentar a sua participação no mercado mundial. Por outro lado, existe um número de im-

portações agropecuárias, como a carne, que provavelmente aumentaria consideravelmente se se eliminassem as barreiras. É indubitável que o mercado mundial para produtos agropecuários de clima temperado se expandiria muito se os controles sobre a importação e os subsídios à agricultura doméstica fossem reduzidos ou mesmo eliminados na Europa Ocidental.

Enquanto que os Estados Unidos permitem a importação da maioria dos produtos tropicais, tais como o café e a banana, sem tarifa alguma, os mesmos produtos devem pagar direitos elevados na Europa Ocidental, direitos estes que se manterão ou, em alguns casos, aumentarão como consequência da formação da Comunidade Econômica Européia. Além disso, sofrerão as exportações latino-americanas devido ao tratamento favorável que as nações européias irão dar aos países africanos associados à Comunidade.

Os Estados Unidos também têm impôsto direito de importação, ou quotas, a alguns minerais, inclusive o chumbo, o zinco e o cobre, e quotas de importação ao petróleo. Todavia, a longo prazo dependem cada vez mais das importações de minerais e do petróleo e as restrições sobre estes produtos provavelmente não terão maior efeito sobre a tendência das exportações dos países menos desenvolvidos. Ainda assim, e levando em conta todas as restrições impostas pelos Estados Unidos aos bens primários, procedentes tanto do setor agropecuário como do da produção mineral, tem-se calculado que sua eliminação incrementaria as vendas latino-americanas, para os Estados Unidos, de cerca de oitocentos e cinquenta milhões de dólares (\$ 850 milhões), até um máximo possível do dobro dessa cifra.

Grande parte do progresso realizado nas negociações realizadas através do Acôrdo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) tem sido na redução de barreiras tarifárias sobre bens manufaturados. Entretanto, os países industrializados têm mantido geralmente direitos mais elevados ou têm utilizado quotas contra aqueles produtos industriais que os países menos desenvolvidos poderiam exportar com maior facilidade. Os têxteis e as bicicletas constituem um bom exemplo disto. Talvez de maior significado tenha sido a tendência dos países industrializados para manter direitos elevados sobre materiais elaborados, permitindo, entretanto, em parte, a importação da matéria-prima isenta de direitos. Por exemplo, muitos países europeus permitem a livre importação do cacau, em amêndoa, mas impõem barreiras consideráveis a produtos como pó, pasta ou manteiga de cacau. Na Alemanha Ocidental, a tarifa sobre o cacau processado

em parte é de mais de trinta por cento (30%) *ad valorem* e na França e Itália a tarifa é de vinte e cinco por cento (25%), também, *ad valorem*.

Entre os membros do GATT há uma consciência crescente de que a organização não tem sido muito eficaz na ampliação das oportunidades de importar em proveniência dos países menos desenvolvidos. Este também é um problema que preocupa consideravelmente a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD). Pessoalmente, estou procurando medidas, tanto dentro do GATT como no OECD, que melhorem os mercados para as exportações de produtos primários, manufaturas e bens semi-elaborados dos países menos desenvolvidos. Creio que vários governos estão começando a perceber que, serão inúteis os esforços de promover com êxito o desenvolvimento econômico mediante o fornecimento de assistência financeira e técnica, a não ser que melhorem as possibilidades de exportação dos países de menor desenvolvimento.

(b) *Ampliação das Exportações*

Há, entretanto, muito que um país em desenvolvimento pode e deve fazer para eliminar suas exportações, até que estas incluam tanto novos bens primários como bens manufaturados produzidos para exportação. Muitos países menos desenvolvidos contentam-se com depender de uma ou duas exportações de produtos primários importantes para suas receitas de divisas, e não têm aproveitado a oportunidade de diversificar com outras exportações, cujas tendências a longo prazo possam ser mais favoráveis. Nos países menos desenvolvidos existe igualmente a tendência de considerar a industrialização somente em termos de produção para o mercado doméstico, em vez de fomentar aquelas indústrias capazes de produzir para um mercado regional ou ainda para o mercado mundial. Conquanto eu admita que Porto Rico é um caso especial, devido a seu livre acesso ao mercado dos Estados Unidos, existem indubitavelmente muitos países latino-americanos, competindo com os países industrialmente avançados. Os salários na América Latina são tão-somente uma fração dos salários nos Estados Unidos e Europa Ocidental e, além disso, os países latino-americanos, com frequência, têm acesso fácil às matérias-primas vizinhas. Em muitos casos, a produção para o mercado mundial requererá a participação de investidores estrangeiros privados com facilidades de distribuição em todo o mundo.

(c) *Acórdos Regionais de Comércio*

A existência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio proporciona aos países da América Latina uma importante oportunidade de solucionar seus problemas de exportação mediante a especialização dentro da área e o comércio mútuo. Caberia perguntar, entretanto, de que modo a liberalização das trocas de produtos primários e manufaturados entre um grupo de países menos desenvolvidos contribuiria para a solução do problema da aquisição das divisas necessárias para o desenvolvimento. Como se modificarão as crescentes necessidades de bens de capital e outros produtos especializados que se obtêm dos países mais industrializados? A resposta a esta pergunta se encontra no fato de que nenhum país em desenvolvimento pode produzir economicamente todos os bens que necessita para seu desenvolvimento. Por outro lado, é possível produzir, em um ou vários países da América Latina, grande parte dos produtos industriais atualmente importados pela área.

Hoje em dia, um país industrializado requer uma variada gama de bens, tanto bens finais como bens internos de todo o tipo e, mesmo que um país tenha o capital e as habilidades para produzir qualquer destes produtos, simplesmente não pode produzi-los todos. Além disso, para produzir muitos destes bens economicamente, um país deve poder vendê-los num mercado maior que seu próprio mercado doméstico. Assim, a medida que aumenta a dimensão do mercado em que se pode vender livremente os produtos, aumentará o número de produtos que se pode economicamente produzir. Esta é a razão pela qual um país grande como os Estados Unidos, com um mercado interno considerável, requer um volume menor de importações relativamente a seu produto ou renda nacional do que países como a Bélgica ou Holanda, cujo comércio internacional pode representar trinta ou quarenta por cento da renda nacional.

O que quero expressar, é que se os países latino-americanos tiverem entre si um sistema de livre troca, seriam bastante maiores as possibilidades de substituir importações, comparativamente a situação em que cada país produz principalmente para seu próprio mercado interno. Além disso, a especialização permitirá que aumente a produtividade e contribuirá para a destruição de monopólios internos. Provocará, também, maior produtividade entre as indústrias de altos custos que se encontram atualmente em estado de estagnação. Creio que em muitos países latino-americanos somente a competição externa pode estimular os dirigentes e trabalhadores

e aumentar a produtividade e diminuir os custos e os preços pagos pelos consumidores.

A criação de mercados regionais como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio proporciona vantagens adicionais que contribuiriam para a solução dos problemas das exportações e das receitas em divisas dos países latino-americanos. Por exemplo, os mercados mais amplos atraíram o capital estrangeiro e muitas companhias norte-americanas ou européias poderão produzir economicamente na América Latina para mercados latino-americanos, ao invés de exportar dos Estados Unidos ou da Europa. A grande afluência, para a Europa, do capital e de companhias norte-americanas, com o propósito de produzir para um mercado grande e potencialmente livre como consequência somente do anúncio da criação do Mercado Comum Europeu, constitui um bom exemplo dessa vantagem adicional. Creio que o mesmo poderia ocorrer na América Latina. Ademais, companhias tanto estrangeiras como domésticas que concorrem com êxito nos mercados latino-americanos estarão capacitadas para competir com os mercados industriais do mundo, inclusive os dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Os países da Europa Ocidental puderam competir ativamente com os Estados Unidos numa, variada gama de produtos uma vez que aprenderam a concorrer entre si durante o período do Plano Marshall. Além disso, cheio que o intercâmbio e a concorrência de produtos industriais entre países em desenvolvimento fornecerão a experiência e a disciplina que lhes permitirão vender seus produtos industriais nos mercados mundiais, ampliando, ainda mais, as exportações de toda a região.

Em resumo, acredito que tanto a maior parte dos países latino-americanos, como dos demais países menos desenvolvidos, encontra-se ante uma barreira séria ao crescimento, se depende tão-somente de suas exportações tradicionais. As nações industrialmente avançadas devem prover mercados mais amplos para os produtos dos países de menor desenvolvimento, reduzindo ou eliminando suas barreiras sobre produtos primários e fornecendo melhores oportunidades aos países menos desenvolvidos de vender produtos manufaturados em seus mercados.

As nações de menor desenvolvimento devem dar às exportações uma prioridade muito mais alta do que a que até agora lhes têm dado em seus planos de desenvolvimento. Devem aumentar suas exportações em número e em variedade, aumentando ao mesmo tempo a produtividade em suas exportações tradicionais. Devem igualmente

encontrar mercados no exterior para suas manufaturas, dirigindo o investimento industrial para os produtos que têm uma vantagem comparativa em mercados regionais ou mundiais.

Este processo de especialização será facilitadíssimo por uma rápida redução das barreiras impostas ao comércio entre os países da América Latina.

SUMMARY

This articles deals with export problems of Latin American countries. The author states that most Latin American and other less developed countries encounter a serious barrier to their economic growth if they have to depend on their traditional exports only. According to the author, the more advanced industrialized nations should provide broader markets for the products of less developed countries by reducing or abolishing their tariffs on primary products and by affording them greater opportunities to sell manufactured goods in their markets. On the other hand, when planning their economic development, the less developed countries should give higher priority to exports than at present, doing all possible to increase them in number and variety, while at the same time expanding the productivity of their traditionally exportable products. They should also find foreign markets for their manufactured goods, and direct their industrial investments toward products that have a comparative advantage in regional or world markets. This specialization process would be made much easier if the barriers imposed on trade between Latin American countries were reduced.